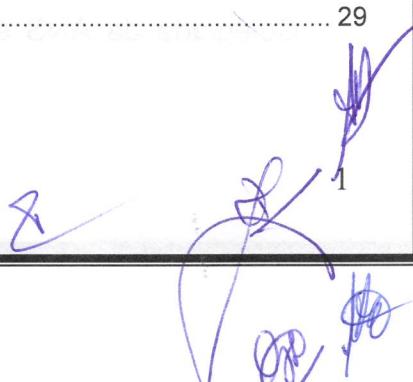


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

SUMÁRIO

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	2
2.	PLANOS ADMINISTRADOS	4
3.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
4.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	7
4.1	Títulos públicos	7
4.2	Fundos de Investimento.....	7
4.3	Investimentos imobiliários.....	7
4.4	Operações com participantes	8
4.5	Permanente	8
4.6	Patrimônio Social	8
4.7	Apuração do Resultado	9
4.8	Custeio Administrativo	10
5.	REALIZÁVEL	10
5.1	Gestão Previdencial	10
5.1.1	Recursos a Receber	10
5.2	Gestão Administrativa	11
6.	INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS.....	12
6.1	Títulos de Renda Fixa.....	12
6.2	Fundos de Investimento.....	14
6.3	Investimentos Imobiliários.....	14
6.4	Operações com Participantes	16
6.5	Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor	17
7.	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	17
8.	EXIGÍVEL OPERACIONAL	18
8.1	Gestão Previdencial	18
8.2	Gestão Administrativa	19
9.	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	20
10.	PATRIMÔNIO SOCIAL	20
11.	AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO	21
12.	AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL	23
13.	GESTÃO ASSISTENCIAL	24
13.1	Aplicações	24
13.2	Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde	24
13.3	Créditos de Operações de Assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora	25
13.4	Créditos tributário e previdenciário	25
13.5	Depósitos Judiciais e Fiscais	25
13.6	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	26
13.7	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	26
13.8	Provisões para ações judiciais	26
13.9	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	27
13.10	Débitos Diversos – Circulante	27
13.11	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Não Circulante	27
13.12	Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Saúde	27
13.13	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	28
13.14	Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	28
13.15	Contraprestações e Eventos de Correspondências	28
14.	OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)	28
15.	OBSERVAÇÕES FINAIS	29



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

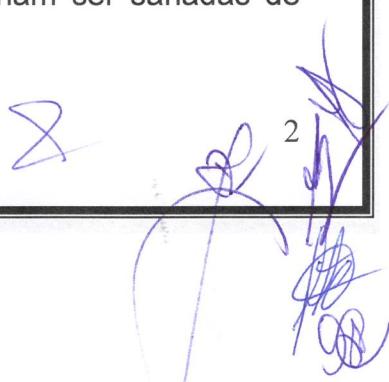
A Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, regida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e tem a sua atuação voltada para concessão e administração de planos de benefícios complementares aos da Previdência Social e aos da Seguridade do Servidor Público Federal. Adicionalmente à atividade principal, a Entidade administra um plano de assistência à saúde.

Cabe destacar que, em 26/01/2016, foram publicadas no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional RO Nº 1.979/2016 e a Portaria Nº 7.811/2016, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A primeira, instituindo o Regime de Direção Fiscal na CAPESESP e a segunda, nomeando a Sra. Fabiana Pereira de Moraes Moura para exercer a função de Diretora Fiscal na Entidade.

A decisão da Diretoria Colegiada da referida Agência Reguladora pela instauração da Direção Fiscal (Ofício Nº 37/2016/PRESI) teve por base o entendimento do Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE (Ofício Nº 163/2015/DIRAD/DIOPE/ANS), de que a CAPESESP não cumpriu, por três meses consecutivos, as metas necessárias para a continuidade do seu Plano de Adequação Econômico-Financeira – PLAEF, protocolado em 09/05/2014, considerando-o ainda cancelado, pela insuficiência de Ativos Garantidores Vinculados junto à ANS.

Da decisão exarada em junho/2015, a CAPESESP interpôs dois Recursos Administrativos e protocolou um Aditamento ao último Recurso protocolado, visando rever a referida decisão, apresentando pedido excepcional de acolhimento de novas metas para prosseguimento de PLAEF, diante de fatos novos ocorridos que impactaram diretamente na situação econômico-financeira de seu Plano de Benefícios Assistenciais.

Apesar dos esforços empenhados pela CAPESESP, o posicionamento da Diretoria Colegiada da ANS é o de que as anormalidades vivenciadas deveriam ser sanadas de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

forma “integral e imediata” e que o pedido de continuidade do PLAEF, com outras metas, não poderia ser deferido, motivo pelo qual foi aprovada a instauração da Direção Fiscal.

O Regime Especial de Direção Fiscal vem disciplinado pela ANS na Resolução Normativa - RN N° 316, de 30/11/2012, a qual estabelece em seu artigo 2º que sua instauração ocorre quando forem detectadas anormalidades econômico-financeiras ou administrativas que coloquem em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

É importante destacar que a Direção Fiscal abrange única e exclusivamente o Plano de Benefícios Assistenciais da CAPESESP, nos termos do que dispõe a Instrução Conjunta SPC/ANS N° 1, de 01/12/2008, e que o Diretor Fiscal, pela natureza de sua função, não mantém com a Entidade qualquer vínculo ou relação de emprego e, ainda, não detém poderes para a prática de quaisquer atos de gestão, exercendo suas atribuições na qualidade de representante da ANS, efetuando análise da organização administrativa e da situação econômico-financeira, assim como da qualidade do atendimento aos beneficiários.

Em julho de 2016, a ANS, por meio de sua Diretora Fiscal, determinou que fosse apresentado em 30 (trinta) dias um Programa de Saneamento Financeiro, visando resolver em 36 (trinta e seis) meses o problema existente.

O referido Programa foi apresentado no prazo determinado e vem sendo acompanhado mensalmente.

Durante sua vigência, a cada período de 12 meses, a ANS institui uma nova Direção Fiscal conforme observado nas Resoluções Operacionais RO N° 1.979/2016, RO N° 2.132/2017 e RO N° 2.289/2018.

Em 30/05/2019, a Portaria N° 10.316 da Diretoria Colegiada da ANS nomeou novamente a Sra. Fabiana Pereira de Moraes Moura, CPF nº 074.528.037-44, para continuar atuando na função de Diretora Fiscal, uma vez que a mesma tem conhecimento de toda a estrutura e

[Handwritten signatures and initials]

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

funcionamento da Entidade, por ter acompanhado a situação da CAPESESP desde o início do Regime Especial de Direção Fiscal em 2016.

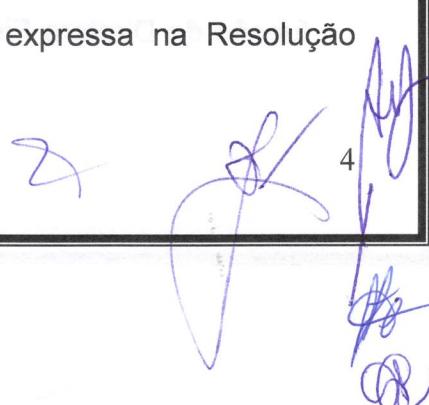
Ao término do período, julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) constatou que foram atingidos os objetivos de quatro dos cinco indicadores acompanhados mensalmente, solucionando, assim, os problemas econômico-financeiros de maior gravidade que colocavam em risco a manutenção do Plano.

Portanto, a fim de constituir o último requisito (margem de solvência), considerado desconformidade de menor risco, foi apresentado em agosto de 2019 à agência reguladora um novo Programa, com o mesmo tempo de duração do primeiro (36 meses).

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A CAPESESP administra três planos de benefícios previdenciais, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Adicionalmente, a Entidade possui um Plano de Gestão Administrativa e um Plano Assistencial.

- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde** - CNPB N° 19.840.002-92, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC N° 16, de 22/11/2005.
- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP** - CNPB N° 19.840.001-11, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC N° 16, de 22/11/2005.
- **Plano de Pecúlios** – CNPB N° 19.790.055-83, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC N° 16, de 22/11/2005.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

- **Plano de Gestão Administrativa** - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da CAPESESP, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Ata N° 04, de 30/04/2010.
- **Plano de Assistência à Saúde** - registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sob o N° 324477 e na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o N° 40.118.400-92. O plano oferece aos seus associados benefícios relacionados à assistência médica e odontológica. Adicionalmente, a entidade submete-se às disposições da Lei N° 9.656, de 03/06/1998.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e às Operadoras de Planos de Saúde.

Dentre os principais normativos utilizados para registro das operações previdenciais, destacam-se a Resolução MPS/CNPC N° 08, de 31/10/2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC N° 12, de 19/08/2013, Instrução N° 34, de 24/09/2009, alterada pela Instrução N° 25, de 17/12/2015, e Resolução CGPC N° 29, de 31/08/2009, e alterações posteriores. Em relação aos registros contábeis decorrentes da atividade assistencial, a legislação vigente é a Resolução Normativa N° 435, de 23/11/2018, da Diretoria Colegiada da ANS.

De acordo com as normas emanadas pela PREVIC, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanço Patrimonial** de forma consolidada, evidenciando os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** de forma consolidada, evidenciando as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL**, por plano de benefícios, evidenciando a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL**, por plano de benefícios, evidenciando as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT**, por plano de benefícios, evidenciando a composição das Provisões Técnicas; e
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA**, de forma consolidada, evidenciando o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

De acordo com as normas emanadas pela ANS, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanço Patrimonial;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício;**
- **Demonstração do Resultado Abrangente;**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a CAPESESP opera. A Entidade não possui ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e Participação no Fundo Administrativo PGA”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Títulos públicos

Nas operações previdenciais, os títulos obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC Nº 4, de 30/01/2002:

I - Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

II - Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade Fechada de Previdência Complementar de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

As valorizações e desvalorizações são registradas, mensalmente, em conta própria.

4.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas.

4.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários foram registrados pelo valor de custo, corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os seus saldos são ajustados por reavaliação, sendo a última realizada e registrada em dezembro de 2017. Os montantes foram deduzidos por depreciação calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil remanescente do bem, estabelecido no laudo de reavaliação. A depreciação foi registrada mensalmente, em contrapartida ao resultado do programa de investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

4.4 Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes são amortizáveis em parcelas mensais, sendo estas determinadas no ato da contratação do empréstimo, calculadas com base em taxa de juros pré-fixada. O registro do saldo é efetuado pelo valor principal acrescido dos encargos devidos até a data do balanço. A remuneração referente aos juros está registrada na receita de operações com participantes, sendo fixada com base na taxa mensal definida pela Entidade.

4.5 Permanente

O Ativo Imobilizado foi registrado pelo valor de custo, sendo os respectivos saldos corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os saldos foram reduzidos por depreciação acumulada pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Estão classificados como intangível os sistemas informatizados adquiridos pela Entidade, sendo os mesmos amortizados pelo método linear, à taxa de 20% a.a.

4.6 Patrimônio Social

4.6.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

4.6.2 Superávit Técnico Acumulado

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais.

O excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado como Reserva de Contingência na conta Superávit Técnico, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas constituídas.

Com base na Resolução CNPC Nº 22, de 25/11/2015, houve alteração na forma de distribuição do excedente patrimonial. A Reserva de Contingência passou a ser calculada com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

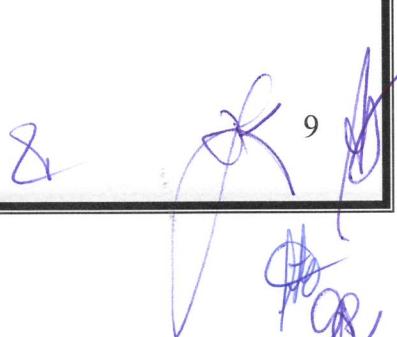
4.6.3 Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Previdenciais – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica.
- Administrativo – tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

4.7 Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

As despesas administrativas são rateadas entre as atividades previdenciais e assistenciais, em percentuais previamente estabelecidos e constantes do orçamento da CAPESESP, conforme exposto no item 5.2.1.

4.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo é calculado com base em percentuais próprios incidentes sobre as contribuições do respectivo plano de benefícios previdenciais, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC Nº 29, de 31/08/2009.

5. REALIZÁVEL

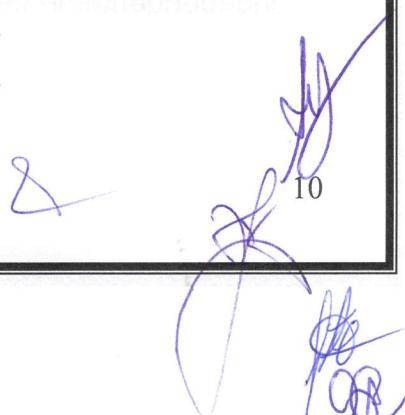
5.1 Gestão Previdencial

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é composto basicamente por valores devidos pelos participantes, patrocinadores e pelos autopatrocínados relativos às contribuições do mês e parcelas em atraso, líquidos das provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, como também valores de transações financeiras entre os planos previdenciais, no qual o repasse é feito no mês subsequente.

5.1.1 Recursos a Receber

O quadro abaixo apresenta a posição de recursos a receber que a entidade possui, conforme item 11, dos procedimentos operacionais, do anexo A, da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, que trata da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa:

Descrição	Em R\$ mil
Recursos a Receber no mês	9.627
Recursos a Receber em atraso	137
Provisão para perdas sobre crédito	(8.629)
Líquido	1.135



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**5.2 Gestão Administrativa**

Do total registrado no Realizável da Gestão Administrativa, os valores mais relevantes são:

- R\$ 6.081 mil referente a 93,5% das despesas administrativas de responsabilidade do Plano Assistencial que, por motivos operacionais, são pagas pelo PGA e reembolsadas no mês subsequente, conforme evidenciado no Passivo Circulante – Débitos Diversos do Plano Assistencial;
- R\$ 4.279 mil referente aos depósitos judiciais; e
- R\$ 351 mil referente ao custeio administrativo com repasse em janeiro de 2020.

5.2.1 Metodologia de custeio

As informações a seguir apresentam a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com o Regulamento do PGA.

Considerando os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC Nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo:

- Plano de Benefícios da Funasa: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios;
- Plano de Benefícios da Capesesp: custeio equivalente a 0,55% dos recursos garantidores;
- Plano de Pecúlios: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios.

Além dos limites de custeio, foram definidos os percentuais de rateio das despesas administrativas de responsabilidade de cada plano. Do total das despesas, 93,5% foram custeadas pelo Plano Assistencial e 6,5% pelos Planos Previdenciais, sendo este composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

PLANO DE BENEFÍCIOS	% Despesa Administrativa
PBP Funasa	4,00%
PBP Capesesp	1,10%
Pecúlios	1,40%
TOTAL	6,50%

O resultado apurado entre o custeio e a despesa efetiva resultou na reversão total de R\$ 1.857 mil no Fundo Administrativo Consolidado, sendo reversão de R\$ 1.517 mil, R\$ 320 mil e R\$ 20 mil nos PBP Funasa, Plano de Pecúlios e PBP Capesesp, respectivamente.

Gestão Administrativa	Em R\$ mil	
	2019	2018
A) Fundo Administrativo Inicial	5.461	7.315
Custeio da Gestão Administrativa	3.916	3.947
Despesas Administrativas	5.773	5.801
B) Fundo Administrativo Final	3.604	5.461

6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS

6.1 Títulos de Renda Fixa

Os títulos classificados nessa categoria obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC Nº 4, de 30/01/2002. Foram avaliados e contabilizados de acordo com as informações prestadas pelo Agente Custodiante – Itaú Unibanco S.A., CNPJ Nº 60.701.190/00001-04. Em 31 de dezembro, estão distribuídos como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

TÍTULOS DE RENDA FIXA	Em R\$ Mil	
	2019	2018
TÍTULOS PÚBLICOS	367.246	355.547
. Notas do Tesouro Nacional	321.846	329.810
. Letras do Tesouro Nacional	45.400	25.737
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	4.288	5.138
. Certificado de Depósito Bancário	-	-
. Debêntures	4.288	5.138
TOTAL	371.534	360.685

I - Títulos para negociação

TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos para negociação					
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2021	529	806
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2022	45	63
LFT	SELIC	Pós fixado	01/09/2022	79	94
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2024	2.043	2.229
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2025	26.941	27.931
LFT	SELIC	Pós fixado	01/09/2025	14.073	14.278
Total				43.710	45.400

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

II - Títulos mantidos até o vencimento

TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	Em R\$ mil	
				VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos mantidos até o vencimento					
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2020	18.852	30.459
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2021	3.956	4.727
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2022	9.835	13.120
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2023	15.017	19.798
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2024	29.205	41.644
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2026	14.251	16.269
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2030	35.315	47.883
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2035	40.147	46.422
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2040	17.488	21.005
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2045	31.810	34.402
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2050	15.356	17.626
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2055	26.403	28.491
Total de NTN				257.636	321.846
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/02/2022	2.661	4.288
Total de Títulos mantidos até o vencimento				260.298	326.134
Total Geral				304.008	371.534

6.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas e lastreado em Títulos Públicos Federais.

6.3 Investimentos Imobiliários

A cada 3 (três) anos, a CAPESESP efetua a reavaliação dos investimentos imobiliários e em dezembro de 2017 foi registrada a atualização dos valores conforme laudo emitido pela empresa LEMA Engenharia e Avaliações. Em relação à última avaliação efetuada em 2014, os investimentos imobiliários foram desvalorizados em 23,8% conforme demonstrado no quadro a seguir:

8
14
00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CART	TIPO	ENDERÉCOS	MUNICÍPIO	UF	Reavaliação 31-DEZ-2017	Terreno	Construção	Vida Útil	Taxa mensal de Depreciação	PBP Funasa	PBP Capesesp	Variação sobre DEZ 2014
		Carteira de Imóveis - Total			41.862.333,33	10.465.333,33	31.397.000,00		60.094,72	35.817.278,44	6.045.054,89	-23,8%
		Carteira de Aluguéis e Renda			21.444.000,00	5.354.000,00	16.090.000,00		31.749,50	18.347.417,78	3.096.582,22	-29,9%
		Carteira de Uso Próprio			20.418.333,33	5.111.333,33	15.307.000,00		28.345,22	17.469.860,66	2.948.472,67	-16,1%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1701	Rio de Janeiro	RJ	3.330.000,00	833.000,00	2.497.000,00	42	4.954,3651	2.849.137,34	480.862,66	-28,2%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1702	Rio de Janeiro	RJ	3.330.000,00	833.000,00	2.497.000,00	42	4.954,3651	2.849.137,34	480.862,66	-28,2%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1703	Rio de Janeiro	RJ	1.888.000,00	472.000,00	1.416.000,00	42	2.809.5238	1.615.366,76	272.633,24	-29,9%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1704	Rio de Janeiro	RJ	1.888.000,00	472.000,00	1.416.000,00	42	2.809.5238	1.615.366,76	272.633,24	-29,9%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1705	Rio de Janeiro	RJ	3.330.000,00	833.000,00	2.497.000,00	42	4.954,3651	2.849.137,34	480.862,66	-28,2%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1706	Rio de Janeiro	RJ	3.330.000,00	833.000,00	2.497.000,00	42	4.954,3651	2.849.137,34	480.862,66	-28,2%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1707	Rio de Janeiro	RJ	1.888.000,00	472.000,00	1.416.000,00	42	2.809.5238	1.615.366,76	272.633,24	-29,9%
ALU	sala	Rua Lauro Muller, 116, gr. 1708	Rio de Janeiro	RJ	1.888.000,00	472.000,00	1.416.000,00	42	2.809.5238	1.615.366,76	272.633,24	-29,9%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara,160	Rio de Janeiro	RJ	27.000,00	7.000,00	20.000,00	42	39.6825	23.101,11	3.898,89	-58,5%
ALU	vaga	Rua Bahia, 1345	Belo Horizonte	MG	46.000,00	12.000,00	34.000,00	48	59.0278	39.357,45	6.642,55	73,6%
ALU	vaga	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771	Curitiba	PR	47.000,00	5.000,00	42.000,00	51	68.6275	40.213,05	6.786,95	-2,1%
ALU	vaga	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771	Curitiba	PR	47.000,00	5.000,00	42.000,00	51	68.6275	40.213,05	6.786,95	-2,1%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 733	Rio de Janeiro	RJ	1.261.000,00	315.000,00	946.000,00	42	1.876.9841	1.078.907,56	182.092,44	-47,4%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 734	Rio de Janeiro	RJ	1.268.000,00	317.000,00	951.000,00	42	1.886.9048	1.084.896,74	183.103,26	-47,3%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 735	Rio de Janeiro	RJ	576.000,00	144.000,00	432.000,00	42	857,1429	492.823,76	83.176,24	-48,7%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 736	Rio de Janeiro	RJ	775.000,00	194.000,00	581.000,00	42	1.152.7778	663.087,52	111.912,48	-35,0%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 737	Rio de Janeiro	RJ	1.007.000,00	252.000,00	755.000,00	42	1.498.0159	861.585,98	145.414,02	-13,4%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 633	Rio de Janeiro	RJ	1.261.000,00	315.000,00	946.000,00	42	1.876.9841	1.078.907,56	182.092,44	-47,4%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 634	Rio de Janeiro	RJ	1.268.000,00	317.000,00	951.000,00	42	1.886.9048	1.084.896,74	183.103,26	-47,3%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 635	Rio de Janeiro	RJ	576.000,00	144.000,00	432.000,00	42	857,1429	492.823,76	83.176,24	-48,7%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 636	Rio de Janeiro	RJ	775.000,00	194.000,00	581.000,00	42	1.152.7778	663.087,52	111.912,48	-35,0%
USO	sala	Avenida Marechal Câmara,160, gr. 637	Rio de Janeiro	RJ	670.000,00	168.000,00	502.000,00	42	996.0317	573.249,86	98.750,14	-42,4%
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1703	Belo Horizonte	MG	358.000,00	90.000,00	268.000,00	48	465.2778	306.303,65	51.696,35	123,8%
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1704	Belo Horizonte	MG	408.000,00	102.000,00	306.000,00	48	531.2500	349.083,49	58.916,51	147,3%
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1705	Belo Horizonte	MG	408.000,00	102.000,00	306.000,00	48	531.2500	349.083,49	58.916,51	147,3%
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1706	Belo Horizonte	MG	358.000,00	90.000,00	268.000,00	48	465.2778	306.303,65	51.696,35	123,8%
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 305	Belém	PA	249.000,00	63.000,00	186.000,00	42	369.0476	213.043,60	35.956,40	63,8%
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 306	Belém	PA	249.000,00	63.000,00	186.000,00	42	369.0476	213.043,60	35.956,40	63,8%
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 307	Belém	PA	249.000,00	63.000,00	186.000,00	42	369.0476	213.043,60	35.956,40	63,8%
USO	sala	Avenida Isaac Póvoas, 586, gr 210	Cuiabá	MT	317.000,00	79.000,00	238.000,00	50	396.6667	271.224,19	45.775,81	56,2%
USO	sala	Avenida Isaac Póvoas, 586, gr 211	Cuiabá	MT	317.000,00	79.000,00	238.000,00	50	396.6667	271.224,19	45.775,81	59,3%
USO	sala	Rua 10, 250, gr. 605	Goiânia	GO	428.000,00	107.000,00	321.000,00	47	569.1489	366.195,43	61.804,57	151,8%
USO	sala	Rua 10, 250, gr. 606	Goiânia	GO	428.000,00	107.000,00	321.000,00	47	569.1489	366.195,43	61.804,57	151,8%
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1205	Aracaju	SE	268.000,00	68.000,00	200.000,00	47	354.6099	229.299,94	38.700,06	2,7%
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1206	Aracaju	SE	268.000,00	68.000,00	200.000,00	47	354.6099	229.299,94	38.700,06	2,7%
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1207	Aracaju	SE	268.000,00	68.000,00	200.000,00	47	354.6099	229.299,94	38.700,06	2,7%
USO	sala	Rua General Liberato Bittencourt, 1914, gr. 404	Florianópolis	SC	362.000,00	90.000,00	272.000,00	50	453.3333	309.726,04	52.273,96	101,1%
USO	sala	Rua General Liberato Bittencourt, 1914, gr. 405	Florianópolis	SC	368.000,00	92.000,00	276.000,00	50	460.0000	314.859,62	53.140,38	103,3%
USO	sala	Avenida Carlos Gomes, 328, gr. 1002	Porto Alegre	RS	451.000,00	113.000,00	338.000,00	48	586.8056	385.874,16	65.125,84	18,1%
USO	sala	Avenida Carlos Gomes, 328, gr. 1003	Porto Alegre	RS	425.000,00	107.000,00	318.000,00	48	552.0833	363.628,64	61.371,36	11,3%
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1801	Brasília	DF	947.000,00	237.000,00	710.000,00	51	1.160.1307	810.250,17	136.749,83	-19,8%
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1802	Brasília	DF	469.000,00	117.000,00	352.000,00	51	575.1634	401.274,90	67.725,10	-1,5%
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1803	Brasília	DF	449.000,00	113.000,00	336.000,00	51	549.0196	384.162,96	64.837,04	-3,0%
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 808	Vitória	ES	423.000,00	106.000,00	317.000,00	50	528.3333	361.917,45	61.082,55	94,9%
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 809	Vitória	ES	423.000,00	106.000,00	317.000,00	50	528.3333	361.917,45	61.082,55	94,9%
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 810	Vitória	ES	423.000,00	106.000,00	317.000,00	50	528.3333	361.917,45	61.082,55	94,9%
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 501	Curitiba	PR	271.000,00	68.000,00	203.000,00	51	331.6993	231.866,73	39.133,27	26,6%
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 502	Curitiba	PR	275.000,00	69.000,00	206.000,00	51	336.6013	235.289,12	39.710,88	28,5%
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 503	Curitiba	PR	306.333,33	72.333,33	234.000,00	51	382.3529	262.097,82	44.235,51	43,1%
USO	sala	Avenida Juarez Távora, 522, gr. 708	João Pessoa	PB	354.000,00	89.000,00	265.000,00	47	469.8582	302.881,27	51.118,73	102,3%
USO	sala	Avenida Juarez Távora, 522, gr. 710	João Pessoa	PB	354.000,0							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

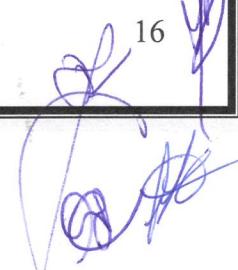
A carteira de Investimento Imobiliário está composta da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ Mil	
	2019	2018
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO	19.741	20.079
.Terrenos	5.111	5.111
.Construções	14.630	14.968
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	20.757	21.140
.Terrenos	5.354	5.354
.Construções	15.324	15.707
.Aluguéis	79	79
TOTAL	40.498	41.219

6.4 Operações com Participantes

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios Funasa e Capesesp totalizando R\$1.064 mil registrados no Realizável de Investimentos.

Descrição	Funasa	Capesesp	TOTAL
Empréstimos a Receber	3.541	757	4.298
Provisão para perdas sobre crédito	(3.210)	(24)	(3.234)
TOTAL	331	733	1.064

8 16


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

6.5 Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor

POR EMISSOR	PBP Funasa	PBP Capesesp	Peculios	PGA	R\$ mil Consolidado
Títulos Públicos	18.470	12.955	1.994	102	33.521
Créditos Privados e Depósitos	373	78	20	0	471
Fundos de Investimentos	0	0	0	175	175
Investimentos Imobiliários	2.583	436	0	0	3.019
Empréstimos e Financiamentos	260	153	0	0	413
RENTABILIDADE POR PLANO	21.686	13.622	2.014	277	37.599

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23, das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		
Bens	Taxa anual	%
Computadores e Periféricos	20%	
Maquinas e Equipamentos	10%	
Móveis e Utensílios	10%	
Intangível	20%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

8.1 Gestão Previdencial

O saldo existente nesse grupo possui a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil
Benefícios a pagar	443
Retenções a recolher	151
Outros	383
Total	977

No grupo “Outros” estão registrados os valores referentes ao custeio administrativo dos planos previdenciais que serão repassados ao plano administrativo em janeiro de 2020.

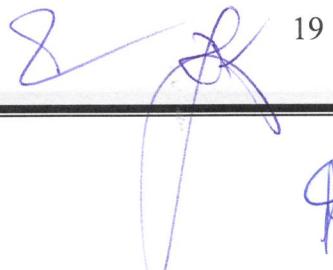
 18

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

8.2 Gestão Administrativa

Descrição	Em R\$ mil	
	2019	2018
CONTAS A PAGAR	6.659	7.412
. Folha de pagamento	1.435	1.669
. INSS	256	344
. FGTS	265	287
. Indenizações trabalhistas	35	35
. Provisão de férias	3.999	4.104
. Fornecedores	686	973
. Diversos	18	-
RETENÇÕES A RECOLHER	908	902
. INSS	167	167
. Imposto de Renda na Fonte	667	654
. Contribuição Sindical - Funcionário	1	1
. Pensão Alimentícia	3	4
. ASCAP	38	36
. PIS/COFINS/CSLL - Serviços	18	16
. IR- Terceiros	9	10
. INSS - Terceiros	2	11
. ISS - Terceiros	3	3
OUTROS EXIGÍVEIS	5.364	3.224
TOTAL	12.931	11.538

No grupo “Outros Exigíveis” estão registrados os valores provisionados referentes ao PIS e COFINS depositados judicialmente.



19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Previdencial, na qual a mesma era Ré, na ordem de R\$ 207 mil e R\$ 1 mil como autora. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis.

Os processos que estão classificados com probabilidade de perda “possível” somam R\$ 294 mil do Plano dos Servidores da Funasa.

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

10.1 Provisões Matemáticas

Consistem no valor dos compromissos futuros assumidos, apurados e registrados ao final do exercício.

Neste grupo estão registrados os valores relativos a “Benefícios Concedidos” e “Benefícios a Conceder”, que foram determinados mediante avaliações atuariais elaboradas pela empresa independente de Atuária, contratada pela CAPESESP, devidamente habilitada junto aos órgãos competentes.

10.2 Equilíbrio Técnico

Em dezembro de 2019, o excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

10.3 Fundos

a) Fundo Previdencial

O saldo de R\$ 25.305 mil refere-se exclusivamente ao Plano Previdencial de Pecúlios.

Z
20
68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da CAPESESP. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

11. AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

Em atenção ao previsto no § 4º do artigo 9º da Instrução Normativa PREVIC Nº 19, de 04/02/2015, foi calculado o ajuste de precificação dos títulos públicos federais, nos termos do instrumento já citado, tendo sido obtidos os resultados demonstrados abaixo.

Importa anotar que os valores foram apurados apenas para registro, tendo em vista que não foram implementados, neste ano, planos de equacionamento de déficit ou de destinação de superávit.

a) Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da FUNASA

O montante do ajuste referente ao PBP FUNASA foi positivo em R\$ 23.074 mil. Os títulos públicos objeto do cálculo de ajuste de precificação, constam do quadro abaixo.

Títulos				Posição em 31/12/2018			Posição em 31/12/2019			Em R\$ Mil
Natureza	Aquisição	Vencimento	Valor investido	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	
NTN-B	16/03/2011	15/08/2020	7.488	3.798	12.181	340	3.798	12.685	169	
NTN-B	14/04/2011	15/08/2020	2.891	1.455	4.662	135	1.455	4.858	66	
NTN-B	05/12/2013	15/08/2020	5.266	2.250	7.220	197	2.250	7.517	98	
NTN-B	03/02/2016	15/05/2021	3.956	1.450	4.516	245	1.450	4.727	175	
NTN-B	19/11/2014	15/05/2023	5.674	2.300	7.278	457	2.300	7.563	467	
NTN-B	05/12/2013	15/08/2024	30.582	12.615	40.010	3.575	12.615	41.644	3.814	
NTN-B	03/02/2016	15/08/2026	3.948	1.500	4.496	788	1.500	4.704	844	
NTN-B	13/10/2016	15/08/2026	3.011	1.000	3.265	258	1.000	3.385	314	
NTN-B	15/02/2017	15/08/2026	1.558	500	1.677	85	500	1.733	116	
NTN-B	15/01/2014	15/08/2030	2.746	1.200	3.699	675	1.200	3.851	796	
NTN-B	05/06/2014	15/08/2030	7.132	2.916	9.295	1.334	2.916	9.657	1.634	
NTN-B	08/06/2017	15/08/2030	4.102	1.300	4.320	419	1.300	4.476	558	
NTN-B	02/12/2015	15/05/2035	10.484	4.320	12.244	3.815	4.320	12.764	4.494	
NTN-B	08/06/2017	15/05/2035	4.055	1.300	4.273	559	1.300	4.430	763	
NTN-B	24/01/2018	15/05/2035	4.988	1.470	5.128	337	1.470	5.304	569	
NTN-B	28/11/2018	15/05/2035	2.021	580	2.028	128	580	2.097	220	
NTN-B	12/12/2018	15/05/2035	105	30	105	7	30	109	11	
NTN-B	07/06/2017	15/08/2040	5.150	1.600	5.430	759	1.600	5.629	1.086	
NTN-B	14/06/2018	15/08/2040	5.457	1.700	5.595	980	1.700	5.806	1.329	
NTN-B	13/06/2018	15/05/2045	5.342	1.700	5.480	1.148	1.700	5.688	1.561	
NTN-B	07/06/2017	15/05/2045	5.036	1.600	5.313	925	1.600	5.512	1.311	
NTN-B	15/02/2017	15/05/2045	2.002	603	2.106	245	603	2.182	389	
NTN-B	15/08/2018	15/05/2050	8.623	2.600	8.858	1.575	2.600	9.189	2.291	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

b) Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP

O montante do ajuste referente ao PBP CAPESESP foi positivo em R\$ 25.323 mil. Os títulos públicos objeto do cálculo de ajuste de precificação, constam do quadro abaixo.

Títulos				Posição em 31/12/2018			Posição em 31/12/2019			Em R\$ Mil
Natureza	Aquisição	Vencimento	Valor investido	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	
NTN-B	14/04/2011	15/08/2020	1.733	872	2.794	70	872	2.911	39	
NTN-B	09/05/2012	15/08/2022	2.804	1.093	3.491	175	1.093	3.633	187	
NTN-B	27/06/2012	15/08/2022	494	200	677	-	7	200	694	5
NTN-B	31/07/2013	15/08/2022	3.012	1.200	3.980	45	1.200	4.102	92	
NTN-B	18/11/2015	15/05/2023	2.047	800	2.439	227	800	2.554	235	
NTN-B	02/12/2015	15/05/2023	1.774	700	2.110	222	700	2.215	225	
NTN-B	13/10/2016	15/08/2026	3.914	1.300	4.245	268	1.300	4.400	396	
NTN-B	15/02/2017	15/08/2026	1.558	500	1.677	59	500	1.733	112	
NTN-B	09/01/2013	15/08/2030	4.099	1.400	5.453	-	453	1.400	5.591	191
NTN-B	11/09/2013	15/08/2030	5.531	2.300	7.633	581	2.300	7.910	961	
NTN-B	05/12/2013	15/08/2030	7.556	3.350	10.353	1.611	3.350	10.776	2.145	
NTN-B	19/11/2014	15/08/2030	2.580	1.050	3.314	436	1.050	3.445	605	
NTN-B	05/12/2013	15/05/2035	4.645	2.110	6.349	1.291	2.110	6.604	1.782	
NTN-B	25/03/2015	15/05/2035	1.391	550	1.679	312	550	1.746	440	
NTN-B	02/12/2015	15/05/2035	2.014	830	2.352	653	830	2.452	846	
NTN-B	28/11/2018	15/05/2035	5.993	1.720	6.014	213	1.720	6.220	616	
NTN-B	12/12/2018	15/05/2035	1.466	420	1.470	51	420	1.520	149	
NTN-B	24/01/2018	15/05/2035	2.956	880	3.070	116	880	3.175	322	
NTN-B	29/01/2014	15/08/2040	6.881	3.150	9.198	2.615	3.150	9.570	3.569	
NTN-B	16/09/2015	15/05/2045	4.050	1.700	4.704	1.696	1.700	4.893	2.304	
NTN-B	15/02/2017	15/05/2045	1.597	481	1.680	131	481	1.741	296	
NTN-B	06/12/2018	15/05/2045	5.357	1.500	5.373	274	1.500	5.565	786	
NTN-B	20/12/2018	15/05/2045	5.441	1.500	5.449	198	1.500	5.642	708	
NTN-B	13/06/2018	15/05/2045	2.985	950	3.063	514	950	3.178	844	
NTN-B	14/08/2013	15/08/2050	3.065	1.200	4.157	479	1.200	4.312	946	
NTN-B	13/06/2018	15/08/2050	3.030	950	3.109	561	950	3.227	935	
NTN-B	16/09/2015	15/05/2055	3.070	1.300	3.554	1.458	1.300	3.694	2.036	
NTN-B	02/12/2015	15/05/2055	1.078	450	1.249	486	450	1.298	686	
NTN-B	31/05/2017	15/05/2055	2.291	700	2.422	277	700	2.512	573	
NTN-B	28/11/2018	15/05/2055	5.982	1.650	6.003	359	1.650	6.224	1.048	
NTN-B	12/12/2018	15/05/2055	6.013	1.650	6.028	333	1.650	6.250	1.022	
NTN-B	24/01/2018	15/05/2055	2.979	860	3.070	245	860	3.184	222	

8 22
 M
 PAB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

12. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL

DESCRÍÇÃO	FUNASA	CAPESESP	PECÚLIOS	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
2019						
ATIVO	240.270	151.709	25.539	16.659	-3.604	430.573
DISPONÍVEL	199	17	20	53	-	289
REALIZÁVEL	240.071	151.692	25.519	15.670	-3.604	429.348
GESTÃO PREVIDENCIAL	844	601	415	-	-	1.860
GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.398	1.095	111	11.813	-3.604	11.813
Participação no PGA	2.398	1.095	111	-	-3.604	-
Contas a Receber				11.725	-	11.725
Despesas Antecipadas				88		88
INVESTIMENTOS	236.829	149.996	24.993	3.857	-	415.675
Títulos Públicos	198.509	142.678	24.781	1.278	-	367.246
Créditos Privados e Depósitos	3.355	721	212	-	-	4.288
Fundo de Investimentos	-	-	-	2.579	-	2.579
Investimentos Imobiliários	34.634	5.864	-	-	-	40.498
Empréstimos	331	733	-	-	-	1.064
PERMANENTE	-	-	-	936	-	936
Imobilizado	-	-	-	624	-	624
Intangível	-	-	-	312	-	312
PASSIVO	240.270	151.709	25.539	16.659	-3.604	430.573
EXIGÍVEL OPERACIONAL	609	245	123	12.931	-	13.908
GESTÃO PREVIDENCIAL	609	245	123	-	-	977
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	12.931	-	12.931
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	84	-	-	124	-	208
PATRIMÔNIO SOCIAL	239.577	151.464	25.416	3.604	-3.604	416.457
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	237.179	150.369	-	-	-	387.548
PROVISÕES MATEMÁTICAS	196.146	150.177	-	-	-	346.323
Benefícios Concedidos	117.716	56.638	-	-	-	174.354
Benefícios a Conceder	78.430	93.539	-	-	-	171.969
EQUILÍBRIOS TÉCNICO	41.033	192	-	-	-	41.225
Resultados Realizados	41.033	192	-	-	-	41.225
Superávit Técnico Acumulado	41.033	192	-	-	-	41.225
FUNDOS	2.398	1.095	25.416	3.604	-3.604	28.909
FUNDOS PREVIDENCIAIS	-	-	25.305	-	-	25.305
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.398	1.095	111	3.604	-3.604	3.604

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

13. GESTÃO ASSISTENCIAL

O valor da Gestão Assistencial apresentado no Balanço Patrimonial Previdencial está detalhado no Balanço Patrimonial Assistencial. Os fatos relevantes estão destacados a seguir:

Balanço Patrimonial – Ativo

13.1 Aplicações

Descrição	Em R\$ Mil	
	2019	2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	83.652	87.368
Aplicações Livres	-	-
TOTAL	83.652	87.368

As aplicações garantidoras têm como objetivo lastrear as Provisões Técnicas estabelecidas nas Resoluções Normativas Nº 392, de 09/12/2015 e Nº 419, de 26/12/2016. A CAPESEP encerrou o exercício de 2019 com a necessidade de lastro no montante de R\$ 94.195 mil, ou seja, com um déficit de R\$ 10.543 mil.

13.2 Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Em R\$ Mil	
	2019	2018
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER		
.Contraprestação de Assistência Médico Hospitalar	34.803	33.746
Patrocinador	6.198	7.451
Participante	28.605	26.295
.Contraprestação de Assistência Odontológica	122	141
.Provisão para perdas sobre créditos	-19.745	-18.118
TOTAL	15.180	15.769

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Descrição	Em R\$ Mil	
	2019	2018
OUTROS CRÉDITOS DE ASSISTÊNCIA		
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Med. Hospitalar	6.189	6.497
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Odontológica	46	44
.Financiamento de débito	2.203	2.113
.Outros*	6.453	4.905
.Provisão para perdas sobre créditos	-11.696	-9.775
TOTAL	3.195	3.784

* Apropriação de aporte financeiro sob a forma de cota extra, aplicado para cada associado inscrito no Plano de Saúde até o dia 01/10/2016 em valor equivalente à soma das contribuições do grupo familiar (titular, dependentes naturais e econômicos) e agregados, conforme cada caso, multiplicada por 3 (três), sendo este valor dividido em 32 prestações, cobradas de dezembro de 2016 até julho de 2019.

13.3 Créditos de Operações de Assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Neste grupo estão registradas as transações referentes as operações de corresponsabilidades, praticada no exercício, com a Sanepar e Sabesperv para o atendimento de beneficiários.

13.4 Créditos tributário e previdenciário

Neste grupo estão registrados valores de Imposto de Renda sobre Pessoa Física que está aguardando a restituição da Receita Federal do Brasil.

13.5 Depósitos Judiciais e Fiscais

Neste grupo estão registrados valores depositados judicialmente conforme quadro a seguir:

DEPÓSITO JUDICIAL	Em R\$ Mil	
	2019	2018
Eventos	640	14
Fiscais	3.497	2.434
Cíveis	7.296	3.238
TOTAL	11.433	5.686

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanço Patrimonial – Passivo

13.6 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Neste grupo estão registradas as obrigações junto à Rede Credenciada, o reembolso ao Sistema Único de Saúde – SUS e à Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

a) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS

Esta provisão é efetuada com base nas informações disponíveis no sítio da ANS.

Após a notificação dos valores devidos, a CAPESESP faz as análises e, caso haja necessidade, efetua as impugnações necessárias. Até o momento, a totalidade do débito encontra-se negociado, parcelado e pago mensalmente.

b) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Nesta provisão estão registrados os valores avisados das despesas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviço, que ainda não foram quitadas.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA

Provisão necessária para fazer frente aos eventos ocorridos e que a operadora ainda não tenha tomado conhecimento.

13.7 Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo encontram-se registrados valores decorrentes de transação entre planos que, por questões operacionais serão reembolsados em janeiro de 2020.

13.8 Provisões para ações judiciais

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Assistencial, na qual a mesma era ré, na ordem de R\$ 2.261 mil e R\$ 513 mil como autora. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Os processos que estão classificados com probabilidade de perda “possível” totalizaram, em dezembro/19, o montante estimado de R\$ 3.090 mil.

13.9 Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Neste grupo registram-se todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares tais como Imposto de Renda, Imposto sobre serviços de terceiros, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros e Contribuições previdenciárias retidas de terceiros.

13.10 Débitos Diversos – Circulante

O montante de R\$ 6.081 mil refere-se às despesas administrativas que foram custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) em dezembro de 2019 e que será reembolsado no mês subsequente.

13.11 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Não Circulante

Esta provisão é efetuada com base nas informações disponíveis no sítio da ANS.

Demonstração do Resultado do Exercício

13.12 Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Saúde

Valores das mensalidades do plano de saúde para fazer jus às despesas assistenciais, inclusive as transações de corresponsabilidades cedidas.

Em conformidade ao Princípio da Competência, as receitas de contraprestações por parte dos participantes e patrocinadoras necessitam ser registradas contabilmente independentemente do efetivo recebimento financeiro.

Em janeiro de 2020 será feito uma reclassificação na receita patronal da Universidade Federal de Campina Grande, contabilizada a maior em dezembro de 2019.

27
Z
F
PAB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

13.13 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo foram registradas de dezembro de 2016 a julho de 2019 as receitas com apropriação mensal da cota extra.

13.14 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Registro de despesas com reclamações judiciais, cobrança e prestação de serviços, além de despesas com auxílio medicamento, reembolso funeral, capesaúde urgente.

13.15 Contraprestações e Eventos de Corresponsabilidades

Conforme o artigo 2º, da Resolução Normativa nº 446 de 01 de novembro de 2019, que altera o artigo 3º da Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018, segue o quadro das operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar:

		Em R\$ Mil	
CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-estabelecido	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-estabelecido
		2018	2019
2 -Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido			
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei		9.720	8.191
EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 41111)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)
		2018	2019
2 -Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido			
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei		112	130

14. OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em 1991, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP moveu ação judicial em favor de suas associadas, dentre elas a CAPESESP, contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. A ação tratava da utilização do Índice de Preços ao Consumidor – IPC em substituição ao BTN, para fins de atualização daqueles títulos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em primeira instância a ação foi julgada improcedente. Entretanto, após diversas tentativas em favor de suas associadas, a ação transitou em julgado favoravelmente à ABRAPP.

A PREVIC, em 14/10/2011, por meio do Ofício N° 4631/2011/CGMC/DIACE/PREVIC manifestou-se contrária à contabilização da ação judicial sobre expurgos inflacionários. A CAPESESP, atendendo aos princípios contábeis, bem como a indefinição do montante a ser contabilizado não procedeu ao registro da referida ação.

15. OBSERVAÇÕES FINAIS

a) Relatório Circunstanciado sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

• Gestão Assistencial:

A Capesesp vem empenhando esforços para atingir os pontos citado pela auditoria, contudo as conciliações entre saldos contábeis e as informações dos registros auxiliares ainda necessitam de adequação sistêmica dentro da entidade, que está em processo de implantação do sistema integrado. O mesmo acontece com a Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS e o ISS Retido na Fonte.

Em relação a Provisão de Prêmio/Contraprestação não Ganha, a entidade adotou a classificação no exercício em questão, embora o efeito contábil seja nulo no resultado, pois a contraprestação ocorre dentro do próprio mês. E quanto as provisões para ações judiciais, essas já estão classificadas nas suas correspondentes contas.

• Gestão Previdencial:

A Capesesp identificou através de estudos que as diferenças apontadas nas contas “Outros Recursos a Receber – Planos Previdenciais (conta 12119901-36)” e “Outras Exigibilidades – Outros – PGA (conta 212999-57)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

tratava-se de repasses entre planos. Atualmente temos as contas conciliadas e os saldos destas contas em dezembro de 2019 contemplam os repasses efetuados em janeiro de 2020.

Em relação as contas de Rendas de Participações (conta 12360404-11), a contabilidade fará as reclassificações no exercício de 2020.

b) Informações que devem conter em nota explicativa que não se aplica a entidade

Conforme Instrução MPS/SPC nº 34, que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, não se aplica o subitem g, do item 30, presente no Anexo A.

De acordo com o Capítulo I, referente as Normas Gerais específicas para o mercado de saúde suplementar, da Resolução Normativa nº 435, de 23 de novembro de 2018, não se aplicam os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4.


JOÃO PAULO DOS REIS NETO

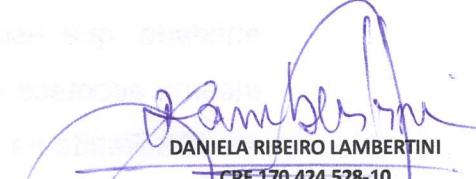
CPF 216.446.833-34

DIRETOR-PRESIDENTE


FLÁVIO TEIXEIRA CIVEIS

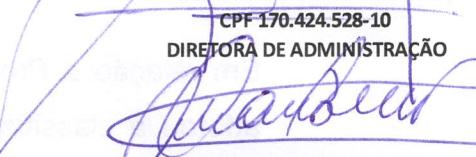
CPF 819.496.937-91

DIRETOR FINANCEIRO


DANIELA RIBEIRO LAMBERTINI

CPF 170.424.528-10

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO


JULIANA MARTINHO BUSCH

CPF 072.764.487-46

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA


GEISA DE FARIA BARREIROS

CPF 054.162.687-60

CONTADORA

CRC/RJ 102725/O-1